

Cá estou. Precisamente no mesmo quarto onde, faz hoje um ano, me instalei na minha primeira visita à aldeia e onde, com divertimento e curiosidade, fui anotando as minhas conversas com Tomás Manuel da Palma Bravo, o Engenheiro.

Repare-se que tenho a mão direita pousada num livro antigo — *Monografia do Termo da Gafeira* — ou seja, que tenho a mão sobre a palavra veneranda de certo abade que, entre mil setecentos e noventa, mil oitocentos e um, decifrou o passado deste território. É nele que penso também — nisto tudo, na aldeia, nos montes em redor e nos seres que a habitam e que formigam lá em baixo, por entre casas, quelhas e penedos, à distância de um primeiro andar. Sou um visitante de pé (e em corpo inteiro, como numa fotografia de álbum), um Autor apoiado na lição do mestre. Lavatório de ferro à esquerda, mesa de trabalho à direita; em fundo, a porta com a espingarda e a cartucheira penduradas no cabide. Pormenor importante: enfrento a janela de guilhotina que dá para o único café da povoação, do outro lado da rua, e, mais para diante, vejo o largo, a estrada de asfalto e um horizonte de pinhais dominado por uma coroa de nuvens: a lagoa. Algures, no corredor, a dona da casa chama pela criadita.

Temos, pois, o Autor instalado na janela numa pensão de caçadores. Sente vida por baixo e à volta dele, sim, pode senti-la, mas, por enquanto, fixa-se unicamente, e com intenção, no tal sopro de nuvens que é a lagoa. Não a vê dali, bem o sabe, porque fica no vale, para lá dos montes, secreta e indiferente. No entanto, aprendeu a assinalá-la por aquele halo derramado à flor das árvores, e diz: lá está ela, a

respirar. Depois, se quisesse escrever, passaria apenas o dedo na capa encarquilhada do livro que o acompanha (ou numa tábua de relíquia, ou numa pedra) e sulcaria o pó com esta palavra: Delfim.

Seria uma dedicatória. Um epitáfio, também. Seis letras que, de qualquer maneira, não teriam mais do que a justa e exacta duração que a poeira consentisse até as cobrir de novo.

I

O largo. (Aqui me apareceu pela primeira vez o Engenheiro, anunciado por dois cães.) O largo:

Visto da janela onde me encontro, é um terreiro nu, todo valas e pó. Grande de mais para a aldeia — é facto, grande de mais. E inútil, dir-se-á. Pois, também isso. Inútil, sem sentido, porque raramente alguém o procura apesar de estar onde está, à beira da estrada e em pleno coração da comunidade. Tal como um prado de cardos, mostra-se agressivo, só domável ao tempo; e se não pica repele, servindo-se das covas, dos regos das chuvas ou da poeirada dos Estios. Um largo, aquilo a que verdadeiramente se chama largo, terra batida, tem de ser calcado por alguma coisa, pés humanos, trânsito, o que for, ao passo que este aqui, salvo nas horas da missa, é percorrido unicamente pelo espectro do enorme paredão de granito que se levanta nas traseiras da sacristia. Diariamente, ano após ano, século após século, essa muralha, mal o Sol se firma, envia a sua sombra para o terreiro, arrastando uma outra, a da igreja. Leva-a envolvida, viaja com ela pelo deserto de buracos e de pó, cobre o chão, arrefece-o, e ao meio-dia recolhe-se, expulsa pelo Sol a pino. Mas a tarde é dela. À tarde a sombra recomeça a invasão, crescendo à medida que a luz enfraquece. Tão escura, observe-se, tão carregada de hora para hora, que parece uma mensagem antecipada da noite; ou, se preferirem, uma insinuação de trevas posta a circular pela muralha em pleno dia para tornar o largo mais só, deixando-o entregue aos vermes que o minam.

Assim, o enorme paredão figura mais como vulto, fantasma familiar, do que propriamente como muro. Isto, num certo sentido. Por-

que para quem conheça a aldeia (consulte-se a citada *Monografia do Termo da Gafeira*, do abade Agostinho Saraiva, MDCCC1) é ali que está o pórtico do povoado, o mastro, segundo ele, dumas gloriosas termas romanas mandadas construir por Octavius Theophilus, Pai da Pátria. Lá se pode ler, na pedra imperial (e na gravura que abre o livro), o mandato solene gravado a todos os ventos:

ISIDI DOMIN —
M. OCT. LIB THEOPHILVS

A muralha, como lápide de uma vasta e destroçada campá com vinte séculos de abandono. Ou simplesmente como cabeça do largo. E, crucificada nela e na sua legenda de caracteres ibéricos, digo, lusitanos, a igreja. Depois temos buracos e terra esquecida até à estrada de alcatrão, temos tabernas e comércio sonolento e, a fechar o traçado, uma fila de casas a cada margem, muitas delas vazias e ainda com as argolas onde antigamente se prendiam as bestas. Antigamente, em tempos mais felizes.

Antigamente, cinquenta, setenta anos atrás, o terreiro foi com certeza uma praça de feira, porque não? Um arraial. Um encontro de marchantes, com almocreves e mercadores de sardinha vindos de longe atrás das muare. Haveria barbeiros tosquiando ao sol e mendigos de chaga e alforge; tabuleiros com arrufadas; galinheiras de guarda aos seus pequeninos cestos de ovos, acoradas debaixo de largas sombrinhas (visto não existirem árvores); não faltaria sequer o capador em visita, cavalgando uma égua tristemente guedelhuda... Tudo isto devidamente emoldurado por uma correnteza de mulas e de jumentos presos às argolas das paredes enquanto os donos se perdiam pelas tabernas.

Feira e arraial. Arraial bordado por um friso de animais de carga, um friso de caudas a dar a dar (como galhardetes ao vento), nuvens de moscas em torno de ancas luzidias, e lojas cheias de forasteiros, lojas cheias, lojas cheias, e — atrevo-me a acrescentar — dinheiro e vinho a correr, mesmo que fosse a hora da missa e os camponeses embalados nos negócios e nas conversas de balcão esquecessem lamentavelmente os seus deveres de cristandade. Não se lhes levaria a mal por isso, tinham desculpa. A igreja, já de si pequena para a

povoação*, não comportaria os mercadores de fora, e os mais atrasados haviam de ficar à porta, ao ar livre, acompanhando a cerimônia por simples cálculo de tempo e pela campanha do sacristão. Os últimos, à falta de melhor, recolher-se-iam nas tendas, bebendo e conversando em tom comprometido, mas todos, no largo ou ao balcão, fariam o sinal da Cruz quando, através da manhã silenciosa, soasse o tilintar de *sanctus, sanctus, sanctus*.

Pois sim, mas agora o largo é o que se vê. Uma muralha, um espectro. Mais exactamente, um terreiro enfeitado de argolas que tiveram a sua época quando rompiam das pedras chumbadas para deterem o viajante pela arreata da montada, de modo a fazerem desta praça uma estação, um ponto desejado. Por isso ele se mostra tão triste e paciente no seu silêncio e, mais que paciente, esquecido da aldeia. Tão renegado como o conheci faz hoje um ano, dia trinta e um de Outubro, por ocasião da minha primeira caçada na lagoa. Abade Agostinho Saraiva:

«Desta terra da Gafeira quis a Providência fazer exemplo de castigo. Porque sendo dotada de águas boas na cura das feridas malignas e de abundante e saboroso pescado, não a redimiui o Senhor com a vara de Sua Altíssima Clemência, a qual tem duas pontas e são a do castigo do século e a do arrependimento cristão. E estas pontas são de fogo e de mel e conduzem à absolvição no dia em que das entranhas da Gafeira desaparecer o último sinal de paganismo bem como dos festins e orgias que se levaram a efeito nas termas romanas instaladas por Teófilo e das quais restam pedras ímpias e inscrições de agravado *speculum exemplorum*.»

Aceitemos a maldição. Soletremos a muralha pecadora e com mão oficial, zeloso doutor, escrevamos o *nihil obstat* para descanso de

* «No Livro das Confirmações do arcebispo Gusmão Contador dava-se a Gafeira, à data de 1778, com igual número de almas ao da própria cabeça do concelho [...] ao passo que em uma última relação se vê não haver mais do que 1044 habitantes, entre varões e fêmeas, e disto se tira prova do abatimento a que esta terra se acha condenada.» — Saraiva, *Monografia*.

«Só no ano passado emigraram da freguesia dezanove famílias inteiras, calcule Vossa Excelência.» — Regedor da aldeia, em conversa.